

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Paulo Freire em diálogo com Frantz Fanon e Amilcar Cabral: racismo, subjetividade e educação

Paulo Freire in dialogue with Frantz Fanon and Amilcar Cabral: racialism, subjectivity and education

Luiza Rodrigues de Oliveira¹; Fátima Lima²; Abrahão de Oliveira Santos³

1 Doutora. Professora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil – E-mail: luizaoliveira@id.uff.br / ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2264-1258>

2 Doutora. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – E-mail: Fatimalima4@gmail.com / ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9449-2514>

3 Doutor, professor da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil – E-mail: abrahaosantos@hotmail.com /ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7741-3020>

Palavras-chave:
práxis; violência; cultura;
educação.

RESUMO: Ao comemorarmos os 100 anos de nascimento de Paulo Freire, discussões sobre o seu legado estão na cena do dia, muitas dizem respeito às disputas teórico-metodológicas em torno dos seus referenciais — para uns o fundamento da sua obra está nas análises da estrutura social e para outros nas perspectivas do humanismo radical. Neste artigo, a proposta é, para além dessa disputa epistemológica, entender o sentido de subjetividade e de racialização nos textos de Paulo Freire a partir da influência de Frantz Fanon e de Amilcar Cabral. Para tanto, iremos ao encontro dos sentidos de práxis, violência, cultura e educação na obra desses três autores.

Keywords:
praxis; violence; culture;
education.

ABSTRACT: As we celebrate the 100th anniversary of Paulo Freire's birth, discussions about his legacy are on the scene of the day, many of them related to theoretical-methodological disputes around his references - for some, the foundation of his work lies in the analysis of social structure and for others in the perspectives of radical humanism. In this article, the proposal is, beyond this epistemological dispute, to understand the meaning of subjectivity and racialization in Paulo Freire's texts based on the influence of Frantz Fanon and Amilcar Cabral. Therefore, we will meet the meanings of praxis, violence, culture and education in the work of these three authors

Questões Étnico-raciais

PARA ALÉM DO IMBRÓGLIO EPISTEMOLÓGICO – ANUNCIANDO O ENCONTRO ENTRE PAULO FREIRE, FRANTZ FANON E AMÍLCAR CABRAL

Ao comemorarmos os 100 anos de nascimento de Paulo Freire, discussões a partir da sua obra e do seu legado estão na cena do dia. Têm acontecido, ao redor do mundo, muitas homenagens em diferentes áreas de conhecimento e com temáticas múltiplas, como direitos humanos, cidadania, contribuições para a psicologia, para a educação, para a saúde, para as artes, para a literatura entre outros percursos. Essas diversas localizações, interseções e possibilidades dão o sentido da importância da obra de Paulo Freire.

Para muitos analistas, Freire é um autor marxista, isto é, pensa e interfere no mundo segundo o arcabouço teórico e metodológico da dialética marxista, em que a divisão social de classes explica todas as opressões — racismo, sexismo — como epifenômenos das relações entre infraestrutura e superestrutura. Para outros estudiosos de sua obra, Freire é um humanista, que, tomado pela ideia de humanidade comum, defende a tolerância, o respeito e a convivência pacífica entre as diferentes culturas. Freire, sabemos, não é homem de uma referência só, Marx, Fromm, Sartre, Kosik, Rogers e tantas outras, são bem reconhecidas como influenciadoras da sua obra.

Neste artigo, trazemos à cena a influência de dois autores — Frantz Fanon e Amílcar Cabral — geralmente pouco reconhecidos pelos estudiosos dos textos e da prática freireanos, mas que podem nos ajudar a compreender as ideias de Paulo Freire para além do imbróglia epistemológico entre as análises marxistas da estrutura social e as concepções do humanismo radical. Nesse ponto, há um encontro entre Paulo Freire, Frantz Fanon e Amílcar Cabral no que se refere a um tipo de humanismo que recusa um mundo eivado pela violência e por outridade que carregam a possibilidade de serem desumanizadas. No final da obra *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon nos diz: “Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano.” (FANON, 1952/2008, p. 240). Esse é um dos pontos em comum entre os três autores: a possibilidade de um novo homem/humanismo e uma crítica contundente à violência colonial sustentada pela subjugação racial.

Nesse movimento, outros pontos que costuram as obras de Freire, Fanon e Cabral são a percepção profunda do colonialismo e da colonialidade, bem como a necessidade de reler o marxismo a partir da violência racial antinegra. No texto “A arma da teoria”, discurso elaborado para a Primeira Conferência Tricontinental dos Povos da Ásia, África e América

Questões Étnico-raciais

Latina, proferido em Havana-Cuba, no que se refere à luta de classe, Amílcar Cabral menciona que:

aqueles que afirmam – e quanto a nós com razão – que a força motora da história é a luta de classes, decerto estariam de acordo em rever esta afirmação, para precisá-la e dar-lhe até maior aplicabilidade, se conhecessem em maior profundidade as características essenciais de alguns povos colonizados (dominados pelo imperialismo) (CABRAL, 1966/2020, p. 85).

No fragmento acima fica explícito o caráter crítico e reflexivo ao conceito de luta de classe impossível de ser sustentado em uma premissa universal. Ao ouvirmos Paulo Freire referindo-se à leitura de Amílcar Cabral justamente na referida conferência acerca da obra de Marx, encontramos o reconhecimento de outro sentido para a presença do marxismo e seus escritos e em sua obra:

Amílcar foi, para mim, um muito bom marxista, que fez uma leitura africana de Marx, não uma leitura alemã de Marx, nem uma leitura no século passado [XIX]. Ele fez uma leitura deste século [XX] na África. Não é por outra coisa que no sério discurso que ele fez em Havana ele rejeita [...] a afirmação de que a luta de classes é o motor da história. (FREIRE, 2005, p. 113).

Freire e Cabral trazem, portanto, uma recuperação para a obra de Marx diante do que a intelectualidade nos apresenta como única possibilidade — a centralidade na luta de classes, sempre referenciada por certa abstração. Ambos evidenciam o processo de produção (PEREIRA; VITTORIA, 2012), lógica organizadora do poder durante o período colonial, que é a experiência histórica concreta entre os séculos XVI e XIX nas Américas e no século XX em África, Índia, China e no Oriente Médio, mas que se estende para além desse momento, instituindo tempos modernos firmados por modos de funcionamento que são mantidos pelas opressões inventadas pelo colonialismo, sobretudo o racismo e o sexismo (VIEIRA, 2020).

Tomando essa discussão na obra de Frantz Fanon, também podemos encontrar um autor nada centralizado na luta de classes, pois, imbuído da premissa da sociogenia, ele aponta para as complexidades da vida social marcadas por colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. “[...] relaciona tanto o ‘impacto do mundo social sobre a emergência dos sentidos e identidades humanas’ quanto ‘as situações individuais que se relacionam com o desenvolvimento e a preservação política e social das instituições’” (GORDON, 2015, p. 2 apud FAUSTINO, 2020, p. 36-37). Ao pensar o mundo social e as identidades humanas, a vivência existencial de mulheres negras e homens negros, o psiquiatra Frantz Fanon,

Questões Étnico-raciais

analisando as doenças mentais, denunciou a impossibilidade de apartar relações sociais e individuais, não seguindo o determinismo social da abordagem estrutural da divisão social de classes, pois, tal como Paulo Freire e Amílcar Cabral, ele também foi um “bom marxista”, que, por não fazer uma leitura alemã do marxismo, enfrentou a psiquiatria biologizante e racista da época, não com os apelos individuais, portanto, ontogenéticos freudianos, mas com a ideia de que a “a alienação do negro não é apenas uma questão individual”.

[...] a análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: [...] inicialmente econômico; [...] em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. Reagindo contra a tendência constitucionista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. [...] Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual [...] há a sociogenia. [...] É pelo homem que a Sociedade chega ao ser. [...] A realidade exige uma compreensão total. No plano objetivo como no plano subjetivo, uma solução deve ser encontrada. [...] Só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares (FANON, 1952/2008, p. 28-29).

Em *Os condenados da terra* (1961/2005), a fala de Fanon tinha endereçamento certo, e decididamente não era para a classe operária formada abstratamente pelo homem branco europeu que ele se dirigia, mas para aqueles marcados pela violência da colonização e da colonialidade, “[...] que queriam realmente terra e pão” (CHERKI, 2005, p. 12). Trata-se da práxis que se dá pelo encontro com os (seus) povos e com homens e mulheres que concretamente vivem diariamente a violência da opressão.

Talvez Fanon tenha sido o primeiro a nos ensinar o bom marxismo, dando rosto à classe oprimida, não negligenciando a vivência daquelas/es que estavam nos territórios-alvo do colonialismo e da colonialidade, processo do qual o sistema de produção se beneficia. Podemos ousar e dizer que Fanon nos ensinou também um “bom freudismo”, pois, ao tensionar colonialidade, cultura e singularidade, nos informa acerca dos dramas da colonização e os efeitos da opressão sobre homens e mulheres colonizadas/os. Não se trata, assim, do trauma do objeto para sempre perdido, a ser explicado nem por um mito e nem pela estrutura de uma linguagem que paira sobre nós.

Questões Étnico-raciais

Tomar a dimensão de violência que é produzida e se inscreve no social e no cultural, ou seja, no mundo, foi um dos elementos que Frantz Fanon destacou em suas obras, na medida em que, contestando os modelos explicativos sobre os sofrimentos psíquicos e as 'perturbações mentais' calcados apenas na filogenia e na ontogenia, ressaltou a dimensão sociogênica como fundamental na compreensão dos mesmos. Outro ponto forte nas análises críticas de Frantz Fanon colocava também em suspensão a ideia de uma psicogênese como determinante dos processos psíquicos e, conseqüentemente subjetivos (LIMA, 2020, p. 86).

Essas leituras aterradas de Marx e de Freud indicam que Fanon, Freire e Cabral estavam na luta contra a opressão, se não pelo estruturalismo classista, também não pelos bons auspícios do humanismo radical, pois “[...] ao reduzir tudo à noção de dignidade humana, eliminava-se o problema do preconceito. Os cientistas [...] admitiram que o preto era um ser humano [...]. Mas o branco em determinadas questões continuava irreduzível” (FANON, 1952/2008, p. 111). Portanto, a possibilidade, defendida por Freire, Fanon e Cabral, de um novo homem/humanismo e uma crítica contundente à violência colonial e à desumanização sustentada pela subjugação racial em nada se referem ao humanismo para o qual “somos todos iguais porque somos humanos” e deve-se respeitar a diferença, porque, na sua base, há uma humanidade comum, o que sabemos ser tese liberal e racializada, haja vista ser o sentido de humano tomado pela concepção de homem branco e europeu.

O sentido da luta é dado na obra dos autores pela práxis do encontro com a vivência dos seus povos, lidando com o espaço-tempo-território da colonialidade, em que o drama é, tal como nos ensina também Beatriz Nascimento (1977/2018), produzido justamente pelo não reconhecimento, pela desumanização, pela assimilação cultural, mecanismos colonialistas de opressão, que exigem o encontro com a nossa história e com nosso território. Segundo Fanon, “a análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (FANON, 2008, p. 28). Assim, as terras e a época de nascimento inscreveram os três autores em espaço e tempo em que a cidade é partida e em que “o encanto do nascimento é continuamente roubado. Além disso, é ceifada a capacidade – ao menos é o que se pretende e o que se espera – do ser humano fazer-se por si” (OLIVEIRA, 2018, p. 42).

Essa perspectiva de práxis, isto é, a relação entre o conhecimento e a vida dos povos, nos ajuda a entender os conceitos de cultura e de subjetivação. Mas, é importante afastar essa abordagem do humanismo radical, que defende uma humanidade comum que faz apelo a uma

Questões Étnico-raciais

essência que transcende a vivência. É exatamente o sentido de luta a partir da vivência dos povos alvos da opressão, que está presente nas obras de Fanon, de Freire e de Cabral, que os afastam do humanismo e trazem à cena um sentido de cultura que se opõe ao que durante muito tempo esteve restrito a campos especializados como o da Antropologia: “todas as culturas são epistemológica e antropológicamente equivalentes”. Sim, é certo que não é possível estabelecer uma hierarquia entre as diferentes culturas e nem definir critério pelo qual uma possa ser julgada superior a outra, mas também não nos serve pensar que “[...] as manifestações culturais seriam apenas a manifestação superficial de características humanas mais profundas. Os diferentes grupos culturais se tornariam iguais por sua comum humanidade. Essa perspectiva está na base [...] de um multiculturalismo liberal” (SILVA, 2010, p. 86).

Segundo Amílcar Cabral (1974), a luta pela libertação não é apenas um fato cultural, mas também um fato de cultura. Sendo assim, não há uma dissociação entre cultura e luta, pois a emancipação se dá pela luta política cotidiana. Luta contracolonial e libertação só têm sentido por uma melhoria das condições de vida, pois uma das formas de a dominação colonial se impor é negando a cultura do povo. Assim, [...] essa luta é necessariamente um ato cultural [...] demonstração clara de que temos uma história nossa [...] e estamos decididos a continuar essa história” (CABRAL, 1974, p. 115).

A dimensão cultural aparece como um dos elementos das reflexões fanonianas. Em *Racismo e cultura*, Frantz Fanon (1956/2012) tece considerações sobre a relação entre racismo e cultura, em que:

O surgimento do racismo não é fundamentalmente determinante. O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano [...]. Estudar as relações entre o racismo e a cultura é levantar a questão de sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motrizes e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural (FANON, 1956/2012, p. 273-274).

Mais à frente, o autor completa: “Ora, é preciso voltar a dizê-lo, todo grupo colonialista é racista” (FANON, 1956/2012, p. 281). Em *Condenados da terra*, Fanon (1961/2005) também apresenta o conceito de cultura como imanente às lutas dos povos em processo de contracolônização. Tal como Freire e Cabral, Fanon não entende cultura como o que se constitui por uma estrutura que determina, de fora, a vida das pessoas, mas cultura é a própria vida, e não “[...] um estoque de hábitos motores, de tradições vestimentares, de instituições fragmentadas” (1961/2005, p. 273).

Questões Étnico-raciais

[...] a cultura nacional não é o folclore em que um populismo abstrato acreditou descobrir a verdade do povo. Ela não é uma massa sedimentada de gestos puros, isto é, cada vez menos correlatos à realidade presente do povo. A cultura nacional é um conjunto de esforços feitos por um povo no pleno do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual o povo se constitui e se mantém. A cultura nacional, nos países subdesenvolvidos, deve pois situar-se no próprio centro da luta de libertação que esses países travam (FANON, 1961/2005, p. 268).

Cultura, portanto, é a expressão dos modos de um povo, não aqueles tomados pelo discurso colonizador, mas os construídos no dia a dia da luta; portanto, não se trata de um sentido de cultura em essência. É o dia a dia, mas é também a “reconexão com as origens, para que se possa romper com o lugar de objeto em que o colonizado (o deserdado dos países pobres) foi colocado, para romper com um sistema colonial de opressão” (OLIVEIRA; BALIEIRO; SANTOS, 2020, p. 104).

Esse sentido de práxis como sendo o encontro com os povos alvos da violência da colonialidade não se deu na vida de Freire, Fanon e Cabral ao acaso, mas pela herança existencial por viverem em espaço-tempo-territórios em que modos de funcionamento foram e são mantidos pelas opressões inventadas pelo colonialismo. Neste artigo, fazemos o exercício de encontrar Paulo Freire, a partir da influência das obras de Frantz Fanon e de Amílcar Cabral, que ele mesmo reconhece em *Pedagogia do oprimido*, *Cartas à Guiné-Bissau* e *Pedagogia da esperança*. É o entendimento da obra de Freire pelo que ouvimos de Amílcar Pereira¹ em um encontro de pesquisa: é o encontro de Freire a partir do que ele aprendeu com o movimento negro, com a agência dos povos negros e com a agência de ativistas, militantes, intelectuais e pensadores negros.

ESPAÇO-TEMPO-TERRITÓRIO DE FRANTZ FANON E DE AMILCAR CABRAL - LOCALIZANDO PAULO FREIRE

Amílcar Cabral nasceu em 1924, na Guiné-Bissau, território dominado como colônia portuguesa, sob campanhas de “pacificação” que visavam a assimilar e apagar a cultura do povo, que lutou, mantendo sua tradição de resistência às práticas colonialistas, o que culminou com a libertação do país em 1973. Frantz Fanon nasceu em 1925, na Martinica, colônia francesa, e também tomado pelo sentido de resistência à violência colonial. Diante da sua formação no campo psi e da opção de luta política pela libertação da Argélia, trouxe à cena a compreensão sobre a formação psíquica a partir da práxis sociedade-indivíduo,

¹ Professor da Faculdade de Educação da UFRJ

Questões Étnico-raciais

nomeada por ele de sociogenia, elaborando os instrumentos para o entendimento da formação subjetiva diante dos modos de opressão típicos da colonização. Paulo Freire nasceu em 1921, em Recife, no nordeste brasileiro. É certo que naquela época o Brasil não era colônia portuguesa há muito tempo, mas é de colonialidade que estamos tratando — modos de funcionamento que são mantidos pelas opressões inventadas pelo colonialismo.

É por essa perspectiva do espaço-tempo-território — as lutas de libertação de países de África — que apresentamos, neste artigo, a obra de Paulo Freire. Ao visitar e interagir com os movimentos de libertação de Guiné Bissau, Cabo Verde, Tanzânia e Zâmbia, Freire conviveu e aprendeu com movimentos de libertação do colonialismo português, pois sua obra estava se constituindo diante da colonialidade da sociedade brasileira e encontrava nesses movimentos consonância para a luta no desenvolvimento de sua prática libertadora pela educação (PEREIRA; VITTORIA, 2012). Ao interagir com esses movimentos de libertação, o pensador brasileiro pôde encontrar de perto o sentido da violência do período colonial, de opressão, de desumanização, de racialização, que é nossa herança existencial no Brasil.

Podemos apostar que, antes mesmo destas visitas, as leituras dos textos de Fanon e de Cabral trouxeram o sentido de “africanização das mentalidades”, que foi sendo aterrada e encontrando a história do povo brasileiro ao longo da vida de Paulo Freire, pois é certo que, desde a *Pedagogia como prática da liberdade* (1967/1983) até seu livro testamento, *Pedagogia da autonomia* (1996/2021), Freire foi cada vez mais dando sentido à “africanização das mentalidades”, a partir da nossa história, e diretamente pela educação.

A caminhada de Paulo Freire em direção do letramento como formação política e como resistência ocorreu em momentos em que o Brasil tinha cerca 56,8 % da população constituída de não alfabetizados. Levando em consideração as diferenças regionais (IBGE, 1940), tínhamos o Nordeste onde Freire nasceu em forte desvantagem:

O grupo I reúne as taxas mais elevadas de analfabetismo e é constituído por todos os nove Estados do Nordeste, mais o Acre, com taxas sempre superiores a 25% de analfabetos entre as pessoas de 5 anos ou mais. Na realidade, taxas que variam de 36,5% no Estado de Alagoas a 25,9% no Estado da Bahia. Por fim, o grupo IV reúne as taxas mais baixas de analfabetismo, que vão de 11,6% no Paraná a 8,8% no Distrito Federal, sempre entre as pessoas de 5 anos ou mais. Este grupo compreende toda a Região Sul (RS – 9,3%, SC – 9,0%, PR – 11,6%), a parte sul da Região Sudeste (SP – 9,6% e RJ – 9,3%), mais o Distrito Federal (8,8%). (IBGE, 1940, s/p.)

Questões Étnico-raciais

Tomado por essa realidade, Paulo Freire, professor de língua portuguesa e advogado, torna-se educador no enfrentamento a esses índices, entendendo a possibilidade de “[...] luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão” (FREIRE, 1992/2003, p. 32). Trata-se da nossa herança existencial que citamos acima, pois sabemos que é a população negra a que tem menos acesso à educação.

Daí a necessária esperança embutida na *Pedagogia do oprimido*. Daí, também, a necessidade, nos trabalhos de alfabetização numa perspectiva progressista, de uma compreensão da linguagem e de seu papel antes referido na conquista da cidadania. Foi ensinando o máximo respeito às diferenças culturais com que tinha de lidar, entre elas a língua, em que me esforcei tanto quanto pude para expressar-me com clareza, que aprendi muito da realidade e com os nacionais (FREIRE, 1992/2003, p. 44).

Alfabetização nunca foi, para Paulo Freire, uma técnica, mas um processo de descolonização cultural, um letramento. A experiência de Angicos, em 1962, quando 300 trabalhadoras/es aprenderam a ler e a escrever em 45 dias, a partir do seu universo vocabular, nos chamados círculos de leitura, com palavras geradoras e com valorização da cultura vivenciada pelo povo foi o início da sua luta, mas também da opressão direta da qual foi alvo: foi preso e exilado com o Golpe de 1964, acusado de ser comunista. Foi assim que o espaço-tempo-território foi se fazendo para ele, em que a luta e a libertação ocorrem pela educação, pelo letramento, enfatizada por ele como uma ação política e libertadora. É aprender a ler e a escrever como processo de descolonização cultural. “A práxis se estende na dimensão pedagógica quando abrange a capacidade de ensinar a aprender através da luta de libertação e da comunicação com o próprio povo” (PEREIRA; VITTORIA, 2012, p. 301) e foi assim que Paulo Freire foi radicalizando a sua pedagogia, pois a alfabetização e os processos educativos não eram para ele atividades especializadas por uma técnica, desligada da vida e da produção, mas se tornava função para a transformação social.

E é com essa perspectiva que trazemos um dos conceitos mais criticados na obra de Freire, o que o fez, segundo ele mesmo (FREIRE, 1978/2011), abandonar a palavra, mas não o sentido — conscientização. O abandono não se dá com o objetivo de amainar as críticas, mas pelo entendimento de que não está em cena o sentido que a academia e seus intelectuais, principalmente dos campos psi, tanto acusam Freire, a ideia de que ele apresenta um conceito de consciência como existente nela mesma e que seria mecanicamente formada pelas relações entre infraestrutura e superestrutura, o que o constitui como um sujeito solipsista. São críticos que, segundo o próprio Freire, nomeiam-no educador antiautoritário ou liberal para o qual a

Questões Étnico-raciais

vida se resolveria pela superficialidade do sentido de diálogo. Não é à toa que Freire (1978/2011) enfrenta essa crítica e conta essa história, em 1978, em uma palestra intitulada “Este reaprendizado que a África me oferece”, no livro *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*.

Em *Pedagogia da esperança* (1992/2003), ele explica: “só no entendimento dialético, repitamos, de como se dão consciência e mundo, é possível compreender o fenômeno da introjeção do(a) opressor (a) pelo(a) oprimido(a), a ‘aderência’ deste àquele, a dificuldade que tem o(a) oprimido(a) de localizar o(a) opressor(a) fora de si, oprimido(a)”. (FREIRE, 1992/2003, p. 106, grifo do autor). Freire cita Erich Fromm e sua psicanálise histórico-sócio-cultural. Mas, em nota de rodapé, entre tantos autores, refere-se também a Fanon.

Encontramos, assim, o Freire bom marxista e também bom freudiano, pois é quando podemos apreender um sentido de subjetivação aterrada em terras brasileiras. Este sentido de subjetivação que ele aprendeu com Fanon (1961/2005): descolonização do ser; com Cabral — reafrikanização das mentalidades (1974) —, revela que

[...] a noção de sujeito e de subjetividade, produzidas no âmbito de matrizes eurocentradas, são interpeladas, tornando visível e dizível a insuficiência no entendimento dos processos subjetivos que atravessam as diferentes experiências de/em viver enquanto negras/os. A hegemonia branca aparece como o contraponto para compreensão do que podemos chamar de eventos traumáticos nas vidas negras. Faz-se urgente, nas experiências negras, descolonizar o eu e o mundo, conjurando a violência da colonialidade, possibilitando que negras/os se constituam enquanto sujeitos e não mais como a/o outra/o da branquitude (LIMA, 2020, p. 80).

Assim, não há como estar na luta contracolonial sem que a racialização seja o centro, haja vista ser o racismo o modo de funcionamento engendrado como opressão e pelo qual a colonialidade se mantém. Será este o momento em que Freire não pode encontrar Fanon e Cabral, posto que a racialização não é perspectiva em sua obra?

Insistimos na ideia de que a obra de Freire traz a racialização como centro. E não porque entendemos que a racialização é uma questão referente a novos atores sociais, tal como ouvimos recentemente e que, só agora, freireanos podem pensá-la. Paulo Freire já havia aprendido com Frantz Fanon, com Amílcar Cabral, com os povos de África, com o povo do nordeste, a centralidade da racialização.

Não há dúvida, por exemplo, de que nosso passado escravocrata nos marca como um todo até hoje. Corta as classes sociais, as dominantes como as dominadas.

Questões Étnico-raciais

Ambas revelam compreensões do mundo e têm práticas significativamente indicativas daquele passado que se faz presente a cada instante. Mas o passado escravocrata não se esgota apenas na experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo humilhado que “obedece” para não morrer [...] E [...] termina por descobrir que “obedecer”, em seu caso, é uma forma de luta [...] é de aprendizado em aprendizado que vai se fundando uma cultura de resistência, cheia de “manhas”, mas de *sonhos* também. De rebeldia, na aparente acomodação. Os quilombos foram um momento exemplar daquele aprendizado de rebeldia, de reinvenção da vida, de assunção da existência e da história por parte de escravas e escravos que, da “obediência” necessária, partiram em busca da invenção da liberdade. [...] [O mesmo acontece com a] luta hoje dos “sem-terra”, dos “sem-casa”, dos “sem-escola”, dos “sem-comida”, dos “sem-emprego” como formas atuais de quilombos. Aproveitar esta tradição de luta, de resistência, e trabalhá-la é uma tarefa nossa, de educadoras e educadores progressistas (FREIRE, 1992/2003, p. 108-109, grifos do autor).

Freire foi aprendendo acerca do bloqueio epistemológico que toma as nossas vidas e que é instituído e institui o pensamento social brasileiro – o interdito da racialização (SANTOS; OLIVEIRA, 2021). Trata-se do nosso grande bloqueio epistemológico e do nosso grande drama, a presença-ausência da racialização na vida brasileira: presença que se dá pela afirmação, há mais de cinco séculos da internalização do conceito social de raça; ausência que se dá pela negação dessa racialização no cotidiano, nos textos acadêmicos, nas artes. E por isso é interdito: sobre racialização não podemos falar. Para nos ajudar nessa conversa, trazemos uma historiadora, mulher negra, Beatriz Nascimento, que diz: “o branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça [...]. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com a nossa realidade racial [...]” (1974, p. 45).

No livro *testamento*, como a Ana Maria Freire intitula *Pedagogia da autonomia*, Freire (1996/2021) explicita o sentido de que não se trata de uma questão de centralidade da divisão social de classes, mas de uma forma de opressão mantida e que mantém o processo produtivo colonialista.

[...] a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres [...]. A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a

Questões Étnico-raciais

arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagoga da democracia (FREIRE, 1996/2021, p. 37).

É assim, pelo encontro desse sentido de interseccionalidade, que temos revivido o encontro com Paulo Freire. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) apresentam o livro *Pedagogia do oprimido* (1968/2015) como um texto fundamental para o entendimento do sentido de interseccionalidade, haja vista rejeitar as análises das relações de poder que dão centralidade à classe, “os oprimidos de Paulo Freire no Brasil do século XX são análogos aos de hoje: sem-teto, sem-terra, mulheres, pobres, pessoas negras, minorias sexuais, indígenas, imigrantes sem documentos, indivíduos em cárcere, minorias religiosas, jovens e pessoas com deficiência” (COLLINS, 2020, p. 212).

Portanto, Freire anuncia a possibilidade de associarmos interseccionalidade e educação crítica no caminho da formação subjetiva, ao falar em consciência crítica pela educação. A educação não é função social escolhida ao acaso, pois, no processo de produção da colonialidade, é a que ou exclui as/os oprimidas/os ou as/os forma para aceitarem acriticamente esta lógica.

Sendo assim, a educação é função importantíssima também no exercício da interseccionalidade como método de formação e político para a formação da consciência crítica. Pensando como Paulo Freire se aproxima de Frantz Fanon e de Amílcar Cabral, vamos ao encontro das palavras de Pereira e Vittoria (2012), que afirmam não ser possível entender a obra de Freire sem considerar a luta como fator de transformação na prática educativa, tal como o próprio autor afirma, assim como não se poderia compreender a obra de Amílcar Cabral (1974) sem reconhecer a importância da ação educativa na sua luta por libertação, haja vista ele ter criado as chamadas “escolas piloto”, com o objetivo de enfrentar os moldes da educação colonial e de formar uma consciência política, nomeada por Amílcar Cabral de “reafricanização das mentalidades” e afirmada por Paulo Freire em *Cartas à Guiné-Bissau* (1976/1978).

Frantz Fanon (1961/2005) nos diz que “no seu monólogo narcisista, a burguesia colonialista, através dos seus pensadores, tinha enraizado profundamente no espírito do colonizado que as essências permanecem eternas [...] as essências ocidentais, é claro” (p. 63), que forjam dados, ideias, informações, modos de vida, que são brancos, formando “[...] uma série de proposições que, lenta e sutilmente, graças às obras literárias, aos jornais, à educação, aos livros escolares [...] penetram no indivíduo [...]” (p. 135). E em *Os condenados da terra* (1961/2005), Frantz Fanon apresenta o mesmo sentido da importância da luta também pela

Questões Étnico-raciais

educação, pela “descolonização do ser”. É assim que, pelo encontro com Frantz Fanon e com Amilcar Cabral, afirmando o seu sentido de educação como luta política, Paulo Freire foi construindo o sentido racialização e de subjetivação na sua obra.

O INÉDITO-VIÁVEL - A ATUALIDADE DOS AUTORES

Hoje, diante da pandemia de Covid-19, com mais de 600 mil mortes no Brasil e vivendo as ações de um governo genocida, ainda é preciso responder àqueles que, por dentro da academia, questionam a obra de autores como Paulo Freire, Frantz Fanon e Amilcar Cabral, com a afirmação de que o mundo mudou, e estas teorias e práticas seriam datadas e, portanto, cheiram a mofo.

Lidamos com esta acusação a partir de outras duas críticas feitas aos três autores. A primeira é a acusação de eles fazem uma confusão entre experiência pessoal e produção de conhecimento, por terem feito uma associação entre o pessoal e o político. Mas, para nós e para muitas/os outras/os, é exatamente aí que está o ineditismo e a atualidade da obra dos três: análise política, cultural e psicológica no mesmo ato em que evidenciam um sentido de subjetividade que não está apartada da luta do dia a dia. Freire, Fanon e Cabral são, portanto, autores-chave para o entendimento de como a colonialidade nos constitui enquanto sociedade, mas também para a formação subjetiva daquelas/es alvos e agentes da violência.

E assim estamos diante da segunda crítica: Fanon e Cabral são autores centrados na violência e Freire é autor da pedagogia do amor. Violência e amor como alvos da mesma crítica, já que tanto Freire como Fanon e Cabral são entendidos como autores reativos, pois violência e amor são tomados, em tais percepções, como a mesma “petrificação despersonalizante” ou “pulsional” (CHERKI, 2005, p. 14) como reação indiscriminada diante da opressão. Frantz Fanon é autor constantemente acusado de insistir na violência, mesmo que seja um dos primeiros a denunciá-la: “Desde o seu nascimento, está claro que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta (FANON, 1961/2005, p. 53)”. O autor se referia à ideia de que invasão violenta não tem que ser negada, mas organizada como luta de libertação e não em uma integração com o modo de vida do opressor. O primeiro e fundamental passo é a descolonização do ser. “A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a ‘coisa’ colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ele se liberta” (FANON, 1961/2005, p. 53). Sobre isso, Freire diz:

Questões Étnico-raciais

a violência [...] jamais foi até hoje, na história, deflagrada pelos oprimidos. [...] Como poderiam [...]? [...] Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam [...]. Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se geram os “demitidos da vida”, os esfarrapados do mundo. [...] Para os opressores, porém, [...] são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores. Na verdade, [...] na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor (FREIRE, 1968/2015, p. 58-59).

É interessante discutir como o sentido de violência em Fanon é o mesmo sentido de amor em Freire, que não tem relação alguma com o amor romântico, tal como podemos ver na citação acima. É exatamente aí que a violência e o amor de Frantz Fanon e de Paulo Freire encontram o sentido de luta como ato cultural apresentado por Amílcar Cabral. Isso nada tem de defasado ou obsoleto, pois sabemos que não se trata mais da opressão do colonialismo, mas da sua herança existencial e das desigualdades, da exclusão social que mantém os modos da modernidade a partir da violência da racialização que lhe é constitutiva. Tem a ver com o que Freire, Fanon e Cabral nos ensinam sobre o aprendizado de rebeldia, de assunção da existência, da invenção da liberdade e da crença no sonho possível pela luta das/os sem-terra, das/os sem-casa, das/os sem-escola, das/os sem-comida, das/os sem-emprego pelo “inédito-viável” (FREIRE, 1992/2003, p. 11).

Seguimos ouvindo perguntas que insistem, sobretudo na academia, uma delas é esta: por que a necessidade de escrever um texto para afirmar a atualidade de Freire, Fanon e Cabral? Respondemos olhando para nós mesmos, intelectuais diante do que os três autores nos ensinam: lutar contra as nossas raízes coloniais no encontro com a luta das/os sem-terra, das/os sem casa, das/os sem escola, das/os sem comida, das/os sem emprego, não para tomá-las/los como objetos, mas porque “nenhuma fraseologia substitui o real” (FANON, 1961/2005, p. 62). Só assim deixaremos de ser intelectuais colonizados, atomizados pela cultura colonialista.

Questões Étnico-raciais

REFERÊNCIAS

- CABRAL, A. (1966). A arma da teoria. In: MANOEL, J; LANDI, G. (org). **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. [São Paulo]: Autonomia Literária, 2020. E-book.
- CABRAL, A. **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.
- CHERKI, A. Prefácio. In: FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FANON, F. (1961). **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, F. (1952). **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FANON, F. (1956). Racismo e cultura. In: SANCHES, M. R. (org). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 273-285.
- FAUSTINO, D. M. **A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios, 2020.
- FREIRE, P. (1976) **Cartas á Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. (1967) **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. (1996) **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, P. (1992). **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- FREIRE, P. (1968) **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. (1978) **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- IBGE. **Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico : censos econômicos**. Acesso em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes> Data e hora de acesso: 20/10/2021. 09h17min
- LIMA, F. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe., p. 80-93,

Questões Étnico-raciais

2020. DOI 10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.80-93. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v72nspe/07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

NASCIMENTO, B. (1977) . Historiografia do Quilombo. NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual – Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

_____. (1974) . Por uma História do Homem Negro. NASCIMENTO, B. **Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual – Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

OLIVEIRA, L.R.; BALIEIRO, T. e SANTOS, A.O. Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe., p. 94-108, 2020. DOI 10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.94-108. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v72nspe/08.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

OLIVEIRA, R. M. S. Frantz Fanon, psicologia e psicanálise: epistemologias da violência. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 10, n. 24, p. 40-66, fev. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/573/457>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PEREIRA, A. A.; VITTORIA, P. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311, jul./dez. 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-21862012000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/mPbwjNvBNRFckSXWDhssPMv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, L. R. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 227, p. 250-260, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53993/751375151727>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA, H. **Aula introdução ao feminismo decolonial com Helena Vieira**. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (114 min). Publicado pelo canal Pausa Para o Fim do Mundo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ixb09EHzduw&t=5332s>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Questões Étnico-raciais

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR

LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (1992), possui doutorado (2003) e mestrado em Educação (1998) pela Universidade de São Paulo. É professora do curso de Graduação em Psicologia, professora do Programa *Stricto Sensu* em Psicologia e do Programa *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências da Natureza da Universidade Federal Fluminense. É editora da Revista Ensino, Saúde e Ambiente. Áreas de pesquisa: Ensino de Ciências, Psicologia do Desenvolvimento Humano e Educação Antirracista. Integra o coletivo de Professoras/es Negras/os, Ativistas e Militantes Antirracistas da UFF (ENUFF) e o Coletivo de Intelectuais Negras e Negros (CDINN).

FÁTIMA LIMA

Antropóloga, feminista alinhada ao feminismo negro, decolonial e anti-colonial. É doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/IMS/UERJ, pós-doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS, do Museu Nacional/UFRJ, professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Macaé, do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico - Raciais/CEFET/RJ. É autora do livro *Corpos, Gêneros, Sexualidades - políticas de Subjetivação*, publicado pela editora Rede Unida. Atua no campo das Ciências Humanas e Sociais e nos estudos de linguagens, discursos e narrativas, principalmente com os seguintes temas: raça, gênero, sexualidade, teorias feministas (com ênfase nos feminismos negros e decoloniais), processos políticos de subjetivação e estudos e pesquisas com os grupos ditos subalternizados.

ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1991), mestre em Psicologia (Psicologia Clínica-Psicanálise) pela PUC-SP (1997) e doutor em Psicologia (Psicologia Clínica-Subjetividade) pela PUC-SP (2003). É supervisor clínico-institucional do Programa de Capacitação do Ministério da Saúde para Centro de Atenção Psicossocial de 2006 a 2008. É professor associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, no setor de Psicologia Social, onde atua como docente na graduação em Psicologia. Coordena Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF e o Kitembo - Laboratório de Estudos da Subjetividade Cultura Afro-Indígena-Brasileira; criou a perspectiva da "Gestão Coletiva dos Sonhos". Dedicar-se ao campo da insurgência contracolonial e produção de subjetividades insurgentes. Integra o Coletivo de Professoras/es Negras/os, Ativistas e Militantes Antirracistas da UFF (ENUFF).